

Gabriel Salles Maria de Macedo Rêgo

Geógrafo, Mestre em Ordenamento do Território pela Universidade de Coimbra
gabrielsalle@gmail.com

João Luís Jesus Fernandes

Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra
jfernandes@fl.uc.pt

A topofilia dos cidadãos para com o patrimônio natural urbano: O caso da cidade de Coimbra

Resumo

O trabalho em questão analisa, segundo o prisma da Geografia, a importância do patrimônio natural em ambiente urbano. Como objetivo principal, pretende compreender a percepção que os residentes na cidade de Coimbra (Portugal) têm da natureza e do papel que o património natural pode desempenhar na qualidade de vida da cidade. Para alcançar esses objetivos, inicia-se o texto com uma reflexão teórica que percorre conceitos como a topofilia e os olhares sociais sobre o ambiente e a natureza em contexto citadino. Depois, seguem-se dois procedimentos diferentes, mas complementares: (1) Como forma de registro da presença e do estado de conservação da natureza em Coimbra e da interação entre os cidadãos e o património natural naquele espaço geográfico, fez-se uma análise de campo com a montagem de um banco de dados fotográficos que representam excertos deste território; (2) Inquéritos por meio de entrevistas, em dois bairros da cidade – Vale das Flores e Monte Formoso – privilegiando adultos com idades superiores aos 30 anos. Apesar de a pesquisa ter revelado algumas contradições entre a prática e o discurso na percepção e na relação topofílica para com as áreas verdes urbanas, concluiu-se que a presença do patrimônio natural no ambiente urbano ainda se apresenta como uma questão secundária. Contudo, também se verificou que, para reforço desta relação simbólica e/ou funcional, o patrimônio natural deve estar presente em todo o contínuo urbano e não ficar restrito aos bairros mais elitizados ou aos parques.

Palavras-chave: Topofilia, Patrimônio Natural, Ambiente Urbano, Percepção Ambiental.

Abstract

THE CITIZENS TOPOPHILIA AND THE NATURAL URBAN PATRIMONY: COIMBRA'S CASE STUDY

This paper analyzes the importance of natural patrimony in the urban environment, under the prism of geography. The main objective of this study is to understand how nature is perceived in the city of Coimbra (Portugal) and the role that green areas and natural patrimony has in the quality of urban life. To achieve these objectives, this article discusses the conceptual argument about environmental perception, toponophilia and the nature in the city. For this, it was used two different procedures: (1) Field analysis on the city of Coimbra with purpose to setting up a photographic database, to verify the presence, conservation and relationship to the natural patrimony inserted in urban environment; (2) Investigation through interviews in two neighborhoods of the city – Vale das Flores and Monte Formoso. The data revealed that the perception and the toponophilic relationship to urban green areas are marked by the contradiction between practice and discourse. It was concluded that the presence of natural patrimony in the urban environment still present itself as a secondary issue. Moreover, it was concluded that to strengthen this relationship symbolically and/or functionally the natural patrimony must be present throughout all the continuous urban areas and should not be restricted to elite neighborhoods or parks.

Key-words: Topophilia, Natural Patrimony, Nature, Urban Environment, Environmental Perception.

1. Introdução

O mundo contemporâneo caminha para a concentração do povoamento e para a conseqüente multiplicação e densificação do fenômeno urbano, fato que traduz o desejo e a procura da cidade pela maioria dos indivíduos. Aliadas a esta dinâmica, acrescenta-se a artificialização e a crescente compactação das paisagens urbanas. Estes fatos levantam questionamentos sobre a qualidade de vida e a percepção que os cidadãos urbanitas têm da presença da natureza nestes aglomerados, uma natureza aqui entendida como áreas verdes ou, em sentido mais lato, o patrimônio natural de uma cidade. Ao mesmo tempo analisam-se as fragmentações, as heterogeneidades e os desacordos sobre a forma como construir uma cidade melhor, marcada, entre seus habitantes, por desejos, objetivos e visões muito seccionados e filtrados.

O fazer e o pensar um espaço melhor esbarra nas diferentes percepções de cidade e nos diversificados desígnios de vida seguidos por cada cidadão. Este fato faz das paisagens urbanas territórios de conflitos de percepção e de modos de agir, conflitualidade essa que gira em torno de muitos fatores. As áreas verdes, sua vivência e gestão, é um dos mais importantes.

Constata-se que, no geral, o atual modelo de ocupação urbana segue uma gradativa alteração e transformação da base física da cidade, levando à construção de lugares que são produtos sociais humanizados. Nestes, torna-se imperativo compreender a harmonia que pode ou não acompanhar a relação entre o construído e a natureza e o balanço entre as intervenções humanas e o suporte natural.

Neste ponto de vista, é estratégico refletir se a presença e a conservação do patrimônio natural de uma cidade, um bairro ou outro microterritório urbano podem condicionar o caráter de uma paisagem e contribuir para uma maior filiação entre os indivíduos e seus espaços de vida.

A topofilia, enquanto percepção, sentimento e atitude dos indivíduos para com o ambiente, constitui um elemento estruturador desta **ligação**, aqui chamada de **afetiva**¹. Esta filiação não é constante entre os diferentes indivíduos, que constroem múltiplas e contrastadas ideias, impressões, julgamentos, concepções, pré-conceitos e imagens de um **mundo real**² que não é percebido da mesma forma por todos. Desta forma, o entendimento e a compreensão desse valor afetivo ficam condicionados ao envolvimento com o ambiente circundante, que depende do complexo conjunto de filtros que se levantam entre o sujeito e a realidade percebida. A discussão aproxima-se dos conceitos abordados pela geografia cultural ou pela chamada geografia humanista, vertente que tem como enfoque fundamental os estudos de percepção ambiental, partindo do pressuposto de que o significado do comportamento humano, na relação com o meio ambiente, se baseia em **crenças e valores**³.

A partir da Geografia Cultural, autores como Berger (1974), McDowell (1996), Cosgrove (1998) e Claval (1999) argumentam que os grupos humanos e as paisagens continuam a sustentar os valores da geodiversidade. Mesmo em tempos de globalização, é também pela cultura que os lugares se diferenciam uns dos outros numa complexa dinâmica de constantes mudanças.

Por isso, as paisagens não são neutras e acabam por refletir as relações de poder e as diferentes percepções e formas de se ver o mundo em determinado momento. Para estes autores, a paisagem deve ser entendida num contexto e torna-se uma marca, mas é também uma matriz cultural porque participa dos esquemas de percepção, concepção e ação que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza (BERQUE, 1998, p. 84-85).

Como salienta Borja (2003, p. 165), a própria paisagem urbana é o retrato das sucessivas relações entre o homem e a natureza, sendo o primeiro entendido tanto enquanto indivíduo como membro de um grupo social. Para este geógrafo, é na cidade que se projeta a paisagem construída pelo ser humano e é nos espaços urbanos que se materializa e se distingue o domínio do homem sobre a natureza, as retificações, as construções, as simetrias, a ordem e o pensamento em relação à função que acompanha a paisagem natural ou a natureza.

O presente estudo procura mostrar que as crenças, os valores e as visões do espaço vivido, ou seja, os filtros existentes em cada indivíduo, acabam por influenciar não apenas a relação que cada um tem com a paisagem natural mas também a construção de sentimentos e atitudes para com a presença do patrimônio natural ou das áreas verdes no ambiente urbano. Este trabalho parte também da concepção que, nas áreas urbanas, os espaços verdes apresentam uma dupla funcionalidade: a social e a ecológica.

A primeira reporta à apropriação humana destes espaços para atividades associadas, por exemplo, aos tempos livres. A segunda releva o seu valor enquanto superfície de atenuação climática e redução dos riscos ambientais através, entre outros aspectos, da mais fácil infiltração das águas e da conseqüente redução do fluxo superficial das mesmas. Estes microterritórios de patrimônio natural são ainda importantes, quer como atenuadores de uma excessiva e antiterapêutica simplificação monocromática de uma paisagem urbana marcada pelo construído, quer como fatores de uma geodiversidade que pode variar no tempo (geodiversidade diacrónica) – um espaço verde será, dependendo da posição latitudinal, sensível à sazonalidade das estações do ano.

Este trabalho é também sensível às mudanças que, perante a rápida urbanização, ocorrem na vida cidadina, que tende para o risco do anonimato e da homogeneização dos estilos de vida. Os indivíduos percebem a cidade como um investimento e incorrem no risco de se tornarem mais consumidores e menos cidadãos ativos. Seguindo este raciocínio compreende-se que, em muitos casos, o ambiente urbano seja visto numa restrita ótica empresarial, sob a qual noções de cultura, religião, ética e ecologia não são mais balizadoras das ações que se estabelecem nos territórios urbanos. Tal concepção coloca em risco o estabelecimento de uma relação afetiva e topofílica com o lugar, correndo-se o risco de que tal concepção acabe por levar a sociedade a pensar também a natureza como um mero investimento.

Contudo, como afirma Relph (1987, p. 87), também não é correto continuar a conceber a ideia de natureza como uma paisagem bucólica distante, um palco estético onde, num cenário entre árvores, flores e fontes, se desenrola a vida humana.

Em seu cotidiano, um cidadão urbano não vive mais o espaço bucólico e romântico de baixas densidades, longe no tempo e no espaço, geografia de outros tempos e outros lugares. No entanto, o prazer do contato com uma natureza que coexista dentro da cidade, próximo da vida diária das populações, deve ser um dos princípios orientadores da gestão urbana. O desenvolvimento desordenado sem um planeamento eficiente produz impactos negativos na paisagem e no cotidiano dos indivíduos, onerando a qualidade de vida das populações e o próprio Estado. Não tem por que separar a natureza do solo edificado, pois estes são indivisíveis. A urbe não deixa de ser uma paisagem construída sob um suporte físico e natural, daí o argumento da cidade entendida como parte de um património natural, mesmo que assente numa natureza já humanizada.

Além de Relph (1987), autores como Spirn (1995) e Pellegrino (2000) ressaltam que as paisagens construídas merecem ser compreendidas e apreciadas, mas também devem ser objeto de uma análise crítica constante. Para estes autores, as paisagens urbanas conferem enquadramento visual à existência cotidiana das populações e a cidade, enquanto processo social, faz parte da natureza, integra-a, é sua extensão, o que invalida qualquer projeto urbanístico que não se ancore nesta premissa.

Portanto, torna-se necessário estabelecer uma relação de harmonia entre o espaço construído e o respectivo suporte natural, desenvolvendo um modelo de urbanização, ou de reurbanização, que minimize os conflitos com a natureza, permitindo que esse suporte natural da cidade venha a contribuir para o bem-estar, físico e psicológico, individual e social, de seus usuários.

2. A cidade de Coimbra como objeto de estudo

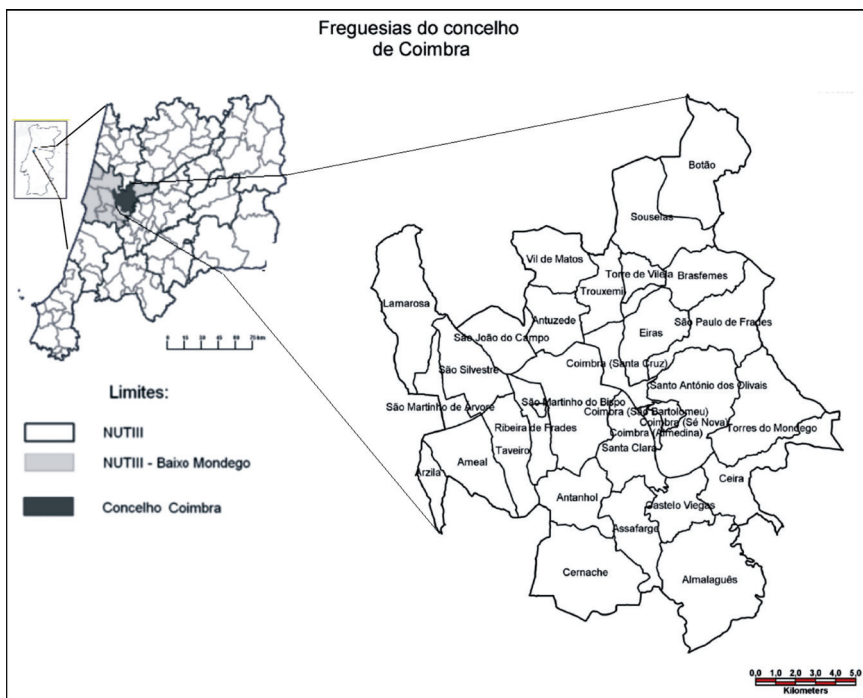
No intuito de territorializar estas reflexões, a cidade de Coimbra (Portugal) apresenta-se como um oportuno estudo de caso. Trata-se de uma cidade média portuguesa que, como outras áreas urbanas do mesmo *ranking*, passou por um acentuado processo de crescimento e urbanização, sobretudo desde a segunda metade do século XX.

Coimbra é sede de um concelho que ocupa uma área de 319 km², com uma população residente de 149.000 habitantes e uma densidade demográfica de 465 habitantes por km² (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS, 2001). Este município é constituído por 31 freguesias (unidades administrativas equivalentes aos bairros no Brasil), das quais 24 são classificadas como urbanas, 5 como mediamente urbanas e 2 como rurais (Figura 1).

O município de Coimbra tem a maior parte da população concentrada na área urbana, o que difere de alguns outros municípios portugueses, que apresentam uma população mais dispersa pelo território. Dos 149.000 residentes no município conimbricense, aproximadamente 102.000 estão registrados na área urbana (DOMINGUES, 2006, p. 218).

No caso de Coimbra, como em grande parte dos municípios portugueses, a celeridade da expansão urbana, muitas vezes desordenada e à margem do controle estatal, em especial no que se refere à regulamentação do uso do solo e à implantação de infraestruturas, faz com que o patrimônio natural não apresente uma distribuição uniforme e nem se ofereça ao usufruto generalizado por toda a população cidadina⁴.

Figura 1
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE COIMBRA

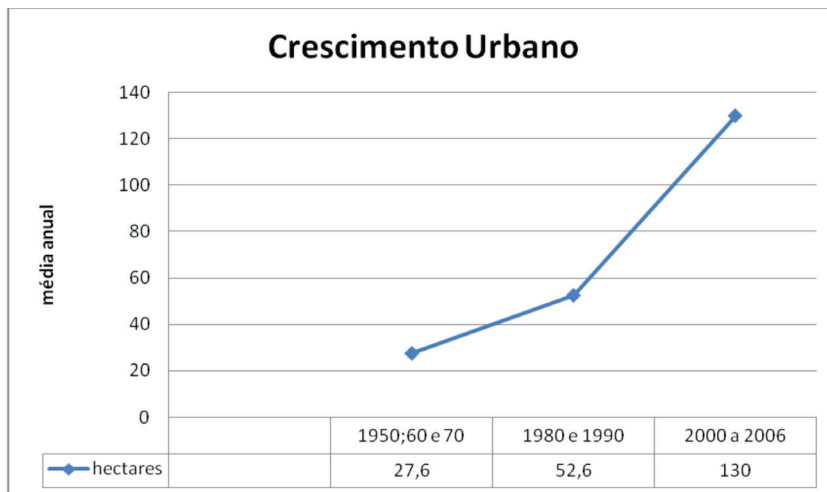


Fonte: Câmara Municipal de Coimbra (2006)

Por outro lado, o predomínio do setor terciário na economia urbana local, sobretudo nas áreas do ensino e da saúde, tem contribuído para o crescimento da área urbana e do próprio consumo *per capita* do solo. Para melhor se compreender a dimensão deste crescimento, observa-se que, segundo dados obtidos na Revisão do Plano Diretor do Município de Coimbra (2006), no período que abrange as décadas de 50, 60 e 70 (do século XX), a área urbana da cidade passou a ser de 883 hectares, correspondendo a uma média anual de crescimento de 27,6 ha entre 1950 e 1970. Nas décadas de 80 e 90, a média de crescimento anual passou para 52,6 ha; e de 1999 a 2006 subiu para 130 ha. Na totalidade desse período, a área urbana passou dos 800 para os 3908 hectares (Gráfico 1).

Gráfico 1

CRESCIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE COIMBRA DESDE A DÉCADA DE 1950



Fonte: CM Coimbra (2006); org. do autor

Esta expansão da área urbana foi acompanhada pelo aumento da dispersão do espaço construído, fato que afetou o patrimônio natural deste espaço urbano. Esta difusão é também favorecida pelo investimento público em infraestruturas viárias e em equipamentos urbanos que reforçam o surgimento de novas centralidades dentro da cidade, centralidades essas mais dispersas e que proporcionam uma expansão urbana mais alastrada.

Acrescente-se ainda que, nos planos e normas urbanísticas locais, as áreas previstas para expansão da área construída são, no geral, superiores às necessárias, o que contribui para a dispersão do povoamento, para o subaproveitamento dos investimentos e para o aumento do terreno especulante. Além disso, não se distingue o conceito de edificar do conceito de urbanizar, fato que contribui para que os construtores evitem o loteamento e apostem na construção isolada, o que resulta na falta de articulação de cada construção com a paisagem envolvente e na descaracterização do patrimônio natural.

Neste sentido e no que diz respeito às consequências da expansão urbana e à assimétrica dispersão do patrimônio natural de Coimbra, sobretudo das áreas verdes públicas, Carvalho (1995, p. 81) afirma que:

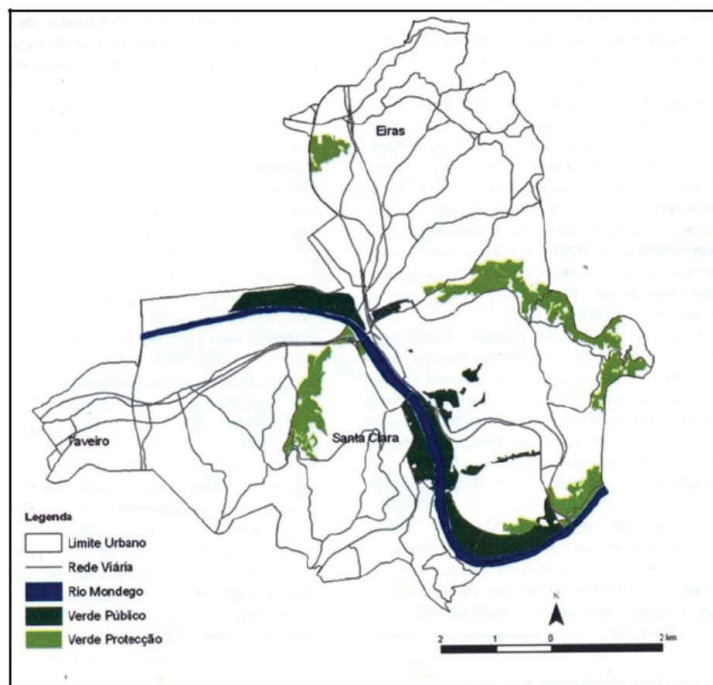
(...) de forma geral, no município construía-se mais ou menos por toda a parte de forma dispersa, aparentemente com autorização para isso, sendo raras as iniciativas que se articulam com o entorno, resultando em uma qualidade ambiental fraca e duvidosa, de difícil distinção entre espaços urbanos e espaços rurais, e com uma carência de infraestruturas e de espaços livres tratados (...).

Freitas (2007) acrescenta ainda que, no caso da cidade de Coimbra, além da falta de espaços livres bem conservados e tratados, há, por parte dos cidadãos, pouca noção da natureza na cidade. Isto ocorre porque, na maioria das vezes, parece não haver uma cultura de proteção e preservação, ficando a sensação de que a natureza é e deverá ser sempre uma herança garantida que não carece de nenhuma ação pró-ativa.

Nas políticas públicas urbanas, aqui testemunhadas pelo Plano Diretor do Município (PDM), um dos instrumentos centrais de gestão do território nesta escala, enfatiza-se o valor dos espaços verdes dentro da estrutura ecológica concelhia/municipal, definida por uma carta que identifica os solos que devem ser protegidos enquanto elementos de recreio e lazer, proteção e composição paisagística para a qualidade do meio ambiente. Dentro da área municipal, o PDM destaca duas situações: as Zonas Verdes de Proteção, que são áreas da estrutura verde urbana que apresentam **prioridade na preservação**⁵; e as Zonas Verdes Públicas que são os grandes espaços verdes urbanos, vocacionadas para o recreio e o lazer e que deverão ser usufruídas por **toda a população**⁶ (Figura 2).

A pesquisa de campo realizada na cidade de Coimbra, cujos resultados se apresentam a seguir, concentrou-se na análise da diversidade do patrimônio natural, sobretudo nas zonas verdes públicas inseridas no ambiente urbano. Esta opção deve-se muito à imagem de insuficiência destes espaços no contexto global do município e, como se salienta, à pressão que estes espaços podem vir a sofrer num futuro próximo.

Figura 2
DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES PRESENTES NO LIMITE URBANO DE COIMBRA



Fonte: Cordeiro (2004)

3. Métodos de análise

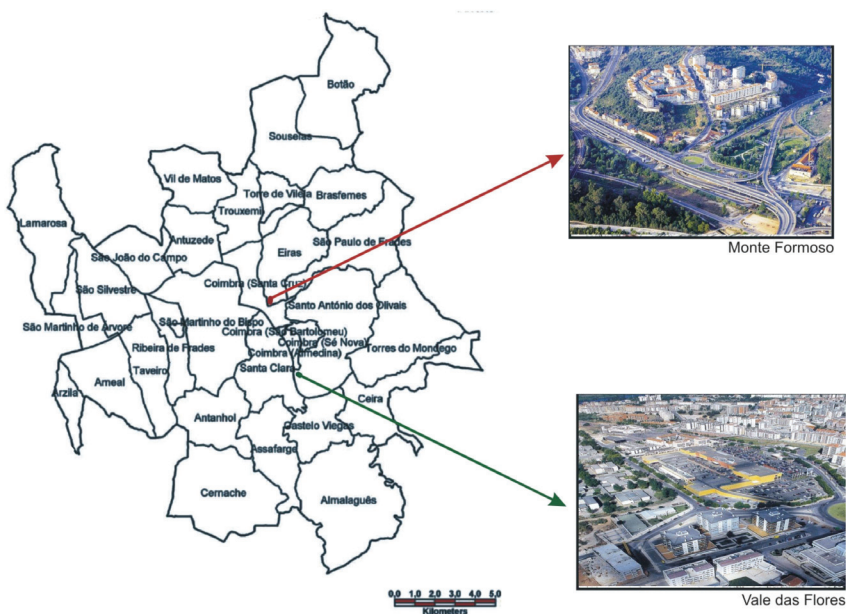
Definidos o objetivo e o objeto de estudo – que consiste em compreender a percepção e a ligação afetiva dos cidadãos à presença da natureza na cidade de Coimbra – o método para a realização da pesquisa estruturou-se em duas **etapas complementares**.

Na primeira etapa, realizou-se pesquisa de campo para observar, identificar e sistematizar a diversidade dos elementos naturais presentes na cidade. A partir desta análise foi montado um banco de dados fotográfico relativo ao estado de preservação do patrimônio natural de Coimbra, fato que permitiu fazer uma primeira aferição empírica sobre o estado de conservação das áreas verdes e a relação destas com os espaços construídos.

Fundamentados nas imagens e nas observações feitas definiu-se o espaço urbano no qual seriam realizadas as entrevistas. Assim, a segunda etapa da pesquisa baseou-se em identificar e analisar, por meio de entrevistas, a relação dos moradores de dois bairros da cidade de Coimbra – Vale das Flores e Monte Formoso (Figura 3), salientando que a escolha destes dois casos de estudo se deu pela característica de oposição que os marca, tanto paisagística, como **socioeconômicamente**⁷ (renda, escolaridade, população empregada e valor dos imóveis, por exemplo).

Figura 3

LOCALIZAÇÃO DOS DOIS BAIRROS ANALISADOS DENTRO DO MUNICÍPIO DE COIMBRA



Fonte: Bandeirinha; Jorge (2003); org. do autor

Esta metodologia implicou o deslocamento, por uma semana, a cada um dos bairros, em dias diferentes, de segunda-feira a domingo, como forma de ampliação quantitativa do universo e da cobertura de uma maior diversidade de entrevistados. Para a realização das entrevistas não foi definida uma amostra rígida, optando-se por um método aleatório, embora se tenha estabelecido como grupo de análise os cidadãos na faixa etária dos

30 anos ou acima. Esta opção deve-se ao interesse na análise da população ativa, daquela que tem um maior poder de decisão na cidade e, ao mesmo tempo, a que apresenta uma mais larga perspectiva temporal de mudança. Assim se realizaram 100 entrevistas, 50 em cada bairro, com uma estrutura dividida em três partes: 1) A caracterização do entrevistado em relação à faixa etária, ao sexo e à escolaridade; 2) As razões que levaram os cidadãos a residir naquele determinado ambiente, a opinião que o indivíduo tem sobre o bairro em que vive e qual a relação que a presença ou não das áreas verdes tem para a escolha do local; 3) Na terceira parte da entrevista, procurou-se saber qual a percepção dos moradores a respeito da presença do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, tanto do bairro quanto da cidade de Coimbra.

4. Constatações e resultados

4.1 O patrimônio natural na cidade de Coimbra – reflexão a partir de representações fotográficas

Através da análise fotográfica realizada na cidade de Coimbra, constatou-se que as áreas verdes existentes, sejam elas pequenos jardins, praças ou pequenos alinhamentos de árvores, apresentam uma grande diversidade quanto à conservação e à preservação. Pelas ruas da cidade de Coimbra observam-se microterritórios que apresentam condições de qualidade e integração entre o ambiente construído e a preservação do patrimônio natural, como também é possível encontrar exemplos de negligência e subutilização dos espaços verdes.

Constatou-se certa dicotomia na relação dos cidadãos com os espaços naturais da cidade, pois estes utilizam mais os espaços contíguos às áreas verdes e menos estas últimas. Verificou-se que é mais intensa a relação com os espaços artificializados, ainda que estes estejam localizados próximos de grandes manchas verdes bem conservadas. Mesmo quando ocorre o uso desses espaços verdes, esta utilização desvirtua sua vocação natural, como ocorre em algumas praças públicas, que acabam servindo como estacionamento para veículos.

Esta dicotomia e a diversidade de casos também se revelaram na forma como muitas edificações são erguidas suprimindo o patrimônio natural existente. Em alguns casos, e de modo paradoxal, esses edifícios convivem lado a lado com prédios onde a integração entre o construído e o natural ocorre de maneira articulada, onde a presença da natureza é uma constante, aliada, funcional e caracterizadora de beleza para o construído.

Constatou-se ainda que a presença da natureza serve, sobretudo, como sugestão e *marketing* para o enobrecimento de alguns lugares através, por exemplo, de uma toponímia que tem pouca correspondência real com o verificado no uso do solo. Por exemplo, o nome Quinta (similar as nossas chácaras e sítios), que remete às antigas áreas rurais e periurbanas de lazer, recreação e lugares de contato com a natureza, entretanto absorvidas pelo urbano, identificam agora novos empreendimentos imobiliários que, pela sugestão, representam uma (re) ligação com o natural, um regresso a um passado bucólico, uma (re) naturalização mais sugerida que efetiva. Na atualidade, esses elementos toponímicos (Quinta das Flores, Quinta da Boavista, entre outras), constituem muito mais um instrumento de *marketing* para a venda de novas urbanizações, supostamente mais próximas da natureza.

De forma geral, a análise evidenciou que o município ostenta alguns espaços de qualidade, que mostram uma maior harmonia entre natureza e espaço construído. Porém, desta observação ficou também a ideia de que, em muitos dos casos que se visualizam na cidade, os espaços verdes públicos surgem no que resta do espaço edificado, o que demonstra uma forte desarticulação entre desenvolvimento urbano e patrimônio natural.

Este fato pode estar à jusante de políticas públicas enviesadas ou de regulamentos pouco efetivos, assim como poderá ser sinal da débil relação topofílica dos cidadãos para com o patrimônio natural presente na cidade de Coimbra, fato que se tentará esclarecer através da análise das entrevistas. Por outro lado, esta observação e o conseqüente registro fotográfico evidenciaram uma forte falta de consenso a respeito dos valores e das funções que os espaços verdes podem ter para uma comunidade, fato que também se procurará esclarecer em seguida.

4.2 Entrevistas - Caracterização do universo de análise

Com a intenção de confirmar a hipótese da inexistência de consenso a respeito do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, foram realizadas entrevistas com cidadãos dos dois bairros objetos de análise: Monte Formoso e Vale das Flores, que se apresentam, como já mencionado, como dois espaços paisagísticos e geohumanos muito contrastados.

No que se refere à caracterização do universo de análise segundo a escolaridade, há no Vale das Flores um maior equilíbrio entre os residentes entrevistados com ensino superior (50%) e os que têm apenas o ensino básico (46%)⁸. No bairro do Monte Formoso, os cidadãos com ensino básico predominam (76%), relativamente aos entrevistados com ensino superior, apenas 24% da amostra.

Quanto à caracterização segundo a faixa etária, esta se encontra dividida em cinco grupos distintos, com intervalos de dez anos. Como se objetivava entrevistar cidadãos acima dos trinta anos, observa-se que 44% dos entrevistados no Vale das Flores e 46% dos entrevistados no Monte Formoso encontram-se na classe etária dos 30 a 40 anos. Dos entrevistados entre 50 e 60 anos, 20% do total, a maioria encontra-se no bairro do Vale das Flores. Já os que se encontram na faixa etária de 70 anos ou mais – 8% das respostas, a maioria localiza-se no bairro do Monte Formoso.

A respeito da caracterização do universo de análise segundo o sexo, observou-se que, em ambos os bairros, na maior parte dos entrevistados predomina o sexo feminino. Este fato reflete a realidade dos dois bairros, pois dados do INE (2001) demonstram que o bairro do Monte Formoso é composto em 55% por mulheres enquanto o Vale das Flores tem 53% dos seus habitantes pertencentes ao sexo feminino⁹.

Sendo assim, buscou-se, na parte subsequente das entrevistas, verificar se as diferenças socioeconômicas refletiam-se também na percepção e na relação dos cidadãos com o patrimônio natural inserido no ambiente urbano.

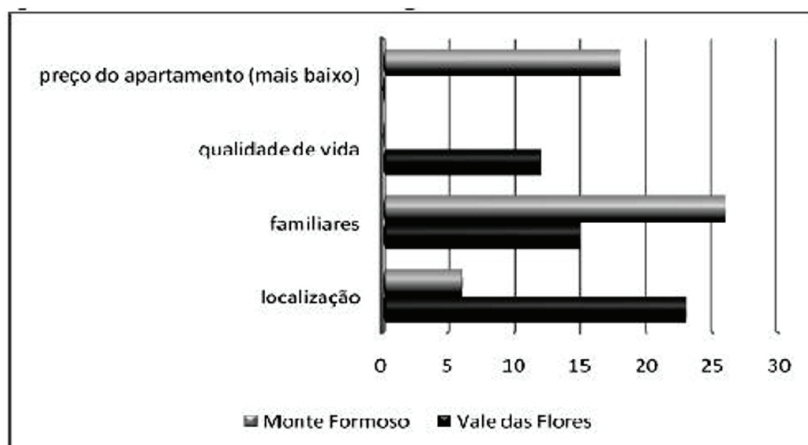
4.3 A compreensão dos cidadãos a respeito do bairro

Na segunda parte das entrevistas perguntou-se qual a razão para a escolha do bairro como local de moradia. Verificou-se que predominavam as razões de localização e centralidade para os moradores do Vale das Flores (46%), e as familiares para os do Monte Formoso (52%).

No caso do Vale das Flores, é de se salientar que a qualidade de vida foi significativamente mencionada nas respostas (24%)¹⁰. No caso do Monte Formoso, as respostas destacaram também o baixo preço dos imóveis (apontado por 36% dos entrevistados) (Gráfico 2).

Gráfico 2

UNIVERSO DE ANÁLISE SEGUNDO A RAZÃO DE RESIDÊNCIA NOS BAIRROS

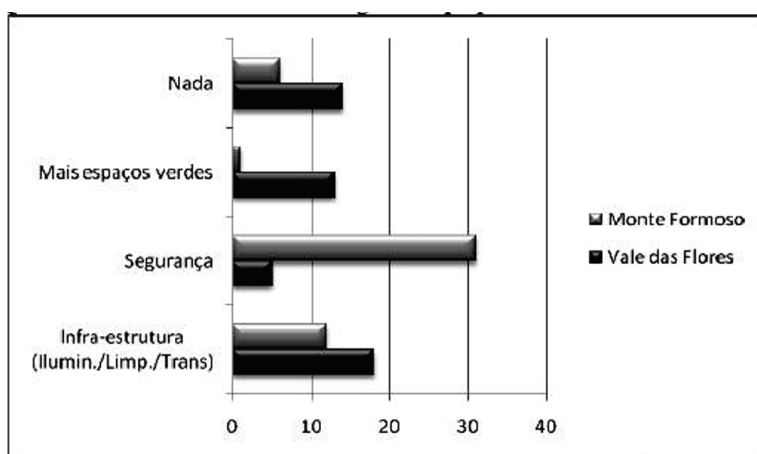


Fonte: O autor.

Cruzando-se os dados relativos ao preço dos imóveis e à frequência de alguns dos espaços verdes da cidade constatou-se que 67% dos que responderam frequentar estes espaços escolheram o bairro do Monte Formoso pelo preço mais baixo dos imóveis e não pela presença de áreas verdes. Verificou-se assim que os cidadãos optaram por um bairro onde a presença das áreas verdes é escassa, mesmo tendo nestas áreas uma opção de lazer e relaxamento. Conclui-se, deste modo, que a presença destas ainda não é fator essencial para escolha do imóvel, mas sim seu preço.

Quando perguntados sobre o que gostariam que melhorasse no bairro onde residem, para os entrevistados no Vale das Flores, a maioria das respostas mencionava a não necessidade de melhorias (28% dos entrevistados) ou o aumento dos espaços públicos verdes (26% das respostas). Por sua vez, no bairro do Monte Formoso, a questão da segurança aparece como a mais importante para 62% dos entrevistados, enquanto o aumento das áreas verdes apenas foi citado por 2% dos entrevistados (Gráfico 3).

Gráfico 3
UNIVERSO DE ANÁLISE SEGUNDO O QUE PODE SER MELHORADO NO BAIRRO



Fonte: O autor.

Um das questões objeto de análise buscava esclarecer qual a prioridade na escolha dos espaços verdes para os cidadãos quando do seu tempo livre. Sobre a ocupação desses períodos de lazer, com maior porcentagem de respostas apareceram os centros comerciais (*shoppings centers*), se constituindo como primeira opção de lazer para 20% dos entrevistados no Vale das Flores e para 16% dos entrevistados no Monte Formoso; enquanto a alusão ao uso das áreas verdes para os entrevistados no Vale das Flores fica em 14% e, no Monte Formoso, 6% do total.

Cruzando-se os dados obtidos, observaram-se diferentes relações com o patrimônio natural nos dois bairros. Observou-se que, entre os 16% entrevistados do Monte Formoso, frequentadores dos centros comerciais

nos finais de semana, nenhum deles respondeu que o aumento das áreas verdes poderia melhorar o bairro, sendo que metade destes mesmos entrevistados respondeu que não frequentam nenhum dos espaços verdes da cidade.

Por outro lado, dos 20% dos entrevistados do Vale das Flores que frequentam os centros comerciais nos finais de semana, 80% responderam afirmativamente a respeito de irem a algum dos espaços verdes da cidade, sendo que estes aparecem como uma alternativa a mais dentro das diversas opções de lazer que o cidadão dispõe nos dias atuais¹¹.

4.4 Percepção dos cidadãos a respeito do patrimônio natural

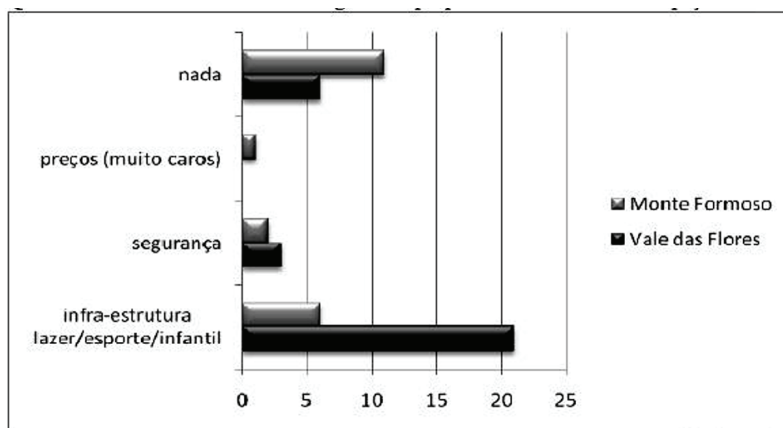
Quanto à percepção do patrimônio natural inserido no ambiente urbano, foi perguntado se os indivíduos frequentavam algum dos espaços verdes da cidade e, em caso afirmativo, o que poderia ser melhorado nestes espaços. 70% dos entrevistados no Vale das Flores responderam que frequentam algum dos espaços, enquanto no Monte Formoso a percentagem foi de 64%.

Sobre o que poderia ser melhorado nesses espaços verdes, a questão da infraestrutura de lazer e de recreação foi mencionada pela maior parte dos entrevistados no Vale das Flores (70%) e, de certo modo demonstrando a falta de sentimento topofílico dos moradores do Monte Formoso para com as áreas verdes, para 55% dos entrevistados deste bairro não havia nada a ser feito para melhorar as áreas verdes existentes (Gráfico 4).

Esta diferente percepção dos espaços verdes em cada um dos universos inquiridos foi demonstrada ainda por outros resultados. Enquanto para os entrevistados no Vale das Flores questões como melhor distribuição dos parques pela cidade e de mais árvores plantadas apareceram como pontos a serem melhorados nos espaços verdes de Coimbra, para os entrevistados no Monte Formoso, a questão principal referia-se particularmente à segurança e aos preços praticados pelos cafés e restaurantes existentes nos parques.

Gráfico 4

UNIVERSO DE ANÁLISE SEGUNDO O QUE PODE SER MELHORADO NOS ESPAÇOS VERDES



Fonte: O autor.

Ainda no que se refere à análise da percepção dos cidadãos sobre as áreas verdes da cidade, perguntou-se aos entrevistados se Coimbra tinha parques públicos suficientes. A maioria dos entrevistados respondeu que não: 77% no Vale das Flores e 54% no Monte Formoso. Este dado, de certa forma, se revelou como um sinal positivo no contexto de toda a análise feita, até pela recorrência dos depoimentos, segundo os quais a cidade está crescendo em um ritmo maior do que a construção de espaços verdes públicos ou da própria manutenção do patrimônio natural existente.

5. Considerações finais

Com este estudo procurou-se entender qual a percepção existente a respeito do papel dos espaços verdes ou do patrimônio natural na qualidade de vida urbana. Desta análise, ficaram algumas imagens paradigmáticas, a partir da constatação da diversidade do patrimônio natural na cidade de Coimbra quanto a sua conservação, seu uso, sua relação com o entorno construído e sua percepção. Depois da apreciação feita ficou demonstrado que, de uma forma geral, a toponímia para com as áreas verdes difere, tanto na observação geral feita no conjunto urbano, como na análise específica

dos dois bairros estudados, que, no fundo, sintetizam dois grupos socioeconômicos diferenciados.

Também se concluiu que, na atualidade, os espaços verdes concorrem com outros espaços na construção das novas sociabilidades, espaços estes cujo poder de atração é bem maior. Notou-se ainda que o relaxamento já não implica a existência de um lugar calmo e que inspire a contemplação, como se entende ser uma das funções das áreas verdes urbanas. Como também se pôde concluir que o próprio entendimento do que seja qualidade de vida não implica, necessariamente, a existência de áreas verdes, embora a presença delas faça com que se associe a ideia de qualidade ao ambiente, como se verificou entre os moradores entrevistados no Vale das Flores.

Por fim, depois do que foi aqui analisado, acredita-se que o fortalecimento do sentimento topofílico, da relação, da atitude positiva para com as áreas verdes, mesmo em indivíduos que já possuem idade para que sua ideia de relação com a natureza na cidade esteja consolidada, ainda demanda mais informação e mais esclarecimento. Por outro lado, implica também, para as autoridades governamentais, um esforço para que se obtenha uma maior presença do verde nas cidades, traduzida em mais parques, praças ou mesmo no aumento da arborização urbana, para que, assim, consciente ou inconscientemente, a percepção da importância do patrimônio natural inserido no ambiente urbano se dissemine e consolide. É neste sentido que devemos entender a cidade também como uma “paisagem terapêutica”.

Notas

¹ Tuan (1980, p. 106) refere-se a esta ligação afetiva como uma associação da pessoa ao lugar de vida, unindo os conceitos de percepção, sentimento e atitude. Nesse sentido, este neologismo (topofilia) exprime a filiação do ser humano para com o ambiente que o cerca.

² A percepção é um processo cognitivo e ativo de leitura e interpretação do mundo. Neste, podem revelar-se ideias, imagens e impressões que determinados grupos possuem sobre algo, considerando também que os indivíduos possuem necessidades, valores, interesses e expectativas diferentes.

³ Para Oliveira Melo (2005, p. 9149), a concepção da Geografia Humanista representou uma grande contribuição para esta área, que convocou e envolveu os estudos de percepção ambiental na gestão dos lugares e das paisagens

⁴ Freitas (2007) argumenta mesmo que os espaços urbanos não estão balanceados, havendo a necessidade de se equilibrarem as áreas verdes pela cidade. As razões para tal desequilíbrio passam por fatores como as intervenções políticas e a fragilidade de uma sociedade civil pouco participativa.

⁵ Zonas verdes de proteção são áreas da estrutura verde urbana através das quais se pretende proteger: a) A estabilidade biofísica, nomeadamente as encostas declivosas, os solos agrícolas e as linhas de água; b) As infraestruturas, nomeadamente rodovias. Estas zonas poderão ser públicas ou privadas, conforme o determinado em plano de pormenor ou outro estudo de conjunto.

⁶ As zonas verdes públicas são áreas da estrutura verde urbana onde não é permitido: a) A execução de novas edificações; b) A destruição do solo vivo e da cobertura vegetal; c) Alterações na topografia do terreno; d) Derrubada de árvores; e) Descarga de entulho.

⁷ Observam-se notórias diferenças socioeconômicas entre os dois bairros – Vale das Flores e Monte Formoso – através dos dados do censo de 2001 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE – Portugal): 1- A população desempregada é maior na área do Monte Formoso com um número próximo aos 5%, enquanto na região do Vale das Flores o número se encontra próximo dos 3%; 2- Sobre a qualificação da população residente nos dois bairros nota-se que a percentagem dos que não têm nenhuma qualificação laboral é de 14% para os moradores do Vale das Flores enquanto para o Monte Formoso a percentagem é de 21%; 3- No que se refere à escolaridade verifica-se que 26,5% dos residentes no Vale das Flores têm nível superior enquanto no Monte Formoso esse valor apenas atinge os 13%; 4- Quanto à população sem escolaridade, no Vale das Flores a percentagem encontra-se na casa dos 8% e no Monte Formoso sobe para 12%. Além disso, o Vale das Flores é um microterritório urbano com maior valorização imobiliária e uma maior centralidade relativa no espaço urbano de Coimbra.

⁸ Os restantes 4% dos entrevistados responderam ter curso profissionalizante.

⁹ No levantamento feito a partir dos dados do INE (2001) constatou-se que a população do Vale das Flores divide-se em 1037 habitantes do sexo masculino e 1180 do sexo feminino. No Monte Formoso os habitantes dividem-se em 788 do sexo masculino e 960 do sexo feminino.

¹⁰ Como a topofilia faz apelo a todos os sentidos, entende-se que a presença constante de uma grande área verde pública na paisagem do Vale das Flores faça com que os moradores deste bairro possuam a ideia de qualidade de vida associada ao verde. Compreende-se a sensibilidade sobre a importância do parque na ideia de qualidade de vida no bairro. Confirma-se ainda mais esta dedução quando se observa que, nas entrevistas realizadas no Monte Formoso, bairro que não conta com a presença de uma grande área verde, a questão da qualidade de vida não aparece em nenhuma das respostas.

¹¹ Confirmando-se assim que as áreas naturais perdem sua atratividade como locais procurados para o relaxamento, reflexão e mesmo como locais de lentidão. Como se pôde perceber na pesquisa realizada, muitas vezes estas são substituídas pelos locais de consumo, pelos centros comerciais ou mesmo pelos confortos da vida moderna que transformam a casa em um grande centro de lazer, o que também confirma a ascensão das chamadas novas sociabilidades.

Referências

BANDEIRINHA, J.A.; JORGE, F. **Coimbra vista do céu**. Coimbra: Ed. Argumentum, 2003.

BERGER, J. **Modos de ver**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, S.A, 1974.

- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BORJA, J. **La Ciudad Conquistada**. Madrid: Alianza Editorial. 2003.
- CARVALHO, J. Urbanismo em Coimbra, novos rumos. **Revista Sociedade e Território**, n. 22, 1995
- CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- CORDEIRO, A. M. R. Uma nova perspectiva de ordenamento do território para o Concelho de Coimbra: uma abordagem segundo a filosofia dos corredores verdes. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 21/23, 2004.
- COSGROVE, D. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, 1998.
- DOMINGUES, A. **Cidade e Democracia - 30 anos de transformação urbana em Portugal**. Lisboa: Ed. Argumentum, 2006.
- FARIA, S. **Evolução do espaço físico de Coimbra**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra - Gráfica de Coimbra Lda, 2006.
- FREITAS, Helena. **Entrevista concedida presencialmente no dia 29 de novembro de 2007**, no Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, 2007
- MCDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, D. et al (orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- OLIVEIRA MELO, V. L. M de. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.
- PELLEGRINO, P. Pode-se planejar a paisagem? **Paisagem e Ambiente – Ensaios**, São Paulo, 2000.
- RELPH, E. **A Paisagem Urbana Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza do desenho da cidade**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- TUAN, Y.-F. **Topofilia - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL Editora, 1980.

Sítios de internet

Instituto Nacional de Estatística – INE – www.ine.pt

Revisão do PDM de Coimbra - Câmara Municipal de Coimbra - www.cm-coimbra.pt

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - <http://www.dgotdu.pt/>

Recebido em: 25/11/2011

Aceito em: 08/02/2012